

**HERÓIS E MÁRTIRES DO BRASIL: 150 ANOS DO FIM DA GUERRA DO
PARAGUAI**

**HEROES AND MARTYRS OF BRAZIL: 150 YEARS OF THE END OF THE
PARAGUAY WAR**

**HÉROES Y MARTIRES DE BRASIL: 150 AÑOS DEL FIN DE LA
GUERRA DE PARAGUAY**

Maristela da Silva Ferreira*

Antonio Ferreira Sobrinho**

Resumo: O estudo aqui apresentado tem por objetivo aprofundar a reflexão sobre a ruptura social causada no Brasil, pelos efeitos resultantes da guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, e suas consequências para os “Inválidos da Pátria”: soldados feridos, mutilados e com doenças contraídas durante os combates. Foi uma situação não quantificada, que passou despercebida de muitos historiadores, mas que marcou profundamente a vida da nação brasileira naquele período. A passagem dos 150 anos do fim da guerra e da inauguração do Asilo dos Inválidos da Pátria (AIP), construído pelo Imperador D. Pedro II, em 29 de julho de 1868, na Ilha do Bom Jesus, na cidade do Rio de Janeiro, com a finalidade de abrigar esses militares invalidados no conflito, proporciona uma rara oportunidade de ressaltar a importância desse espaço para a construção da memória e da identidade nacional, tendo como base de análise para as conclusões, o projeto de pesquisa: “Preservação da memória do Asilo dos Inválidos da Pátria e do sítio histórico da Ilha do Bom Jesus: um tributo aos heróis e mártires do Brasil”, desenvolvido pelo Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército (CEPHiMEx), nos anos de 2019/2020.

Palavras-chave: Memória. Asilo dos Inválidos da Pátria. Guerra da Tríplice Aliança

Abstract: The study presented here aims to deepen the reflection on the social rupture caused in Brazil, due to the effects resulting from the war of the Triple Alliance against Paraguay, on the “Invalides of the Homeland”: wounded, mutilated soldiers and with illnesses contracted during the fighting. It was an unquantified situation, which went unnoticed by many historians, but which profoundly marked the life of the Brazilian nation at that time. The passing of the 150th anniversary of the end of the war and the inauguration of the ASYLUM DOS INVÁLIDOS DA PÁTRIA (AIP), built by Emperor D. Pedro II, on July 29, 1868, on the island of Bom Jesus, in the city of Rio de Janeiro, with the purpose of sheltering these soldiers invalidated in the conflict, it provides a rare opportunity to emphasize the importance of this space for the construction of memory and national identity. The conclusions reached are based on the analysis of the research project: “Preserving the memory of the Asylum for the Invalides of the Fatherland and the historical site of Bom Jesus Island: a tribute to the heroes and martyrs of Brazil ”,

developed by the Center for Studies and Research on Military History of the Army (CEPHiMEx), in the years 2019/2020.

Keywords: Memory. Asylum for the Invalids of the Fatherland. War of the Triple Alliance.

Resumen: El estudio presentado aquí tiene como objetivo profundizar la reflexión sobre la perturbación social causada en Brasil, debido a los efectos resultantes de la guerra de la Triple Alianza contra Paraguay, los "Inválidos de la Patria": soldados heridos, mutilados y con enfermedades contraídas durante los combates. Fue una situación no cuantificada, que pasó desapercibida por muchos historiadores, pero que marcó profundamente la vida de la nación brasileña en ese momento. El fallecimiento del 150 aniversario del fin de la guerra y la inauguración del ASILO DOS INVÁLIDOS DA PÁTRIA (AIP), construido por el emperador D. Pedro II, el 29 de julio de 1868, en la isla de Bom Jesus, en la ciudad de Río de Janeiro. Con el propósito de albergar a estos soldados invalidados en el conflicto, brinda la rara oportunidad de enfatizar la importancia de este espacio para la construcción de la memoria y la identidad nacional, basándose en el análisis de las conclusiones, el proyecto de investigación: "Preservar la memoria del Asilo para los Inválidos de la Patria y el sitio histórico de la Isla Bom Jesus: un homenaje a los héroes y mártires de Brasil ", desarrollado por el Centro de Estudios e Investigación sobre Historia Militar del Ejército (CEPHiMEx), en los años 2019/2020.

Palabras - clave: Memoria. Asilo para Inválidos de la Patria. Guerra de la Triple Alianza

INTRODUÇÃO

A historiografia das operações bélicas desenvolvidas pelas forças militares dos quatro países beligerantes na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1864 a 1870) aponta para o envolvimento direto ou indireto de milhares de pessoas, sendo considerado o maior e mais sangrento conflito armado registrado na América do Sul.

A questão social, resultante da guerra, afetou parcela significativa das populações dos países envolvidos, sem ter recebido, ainda, a devida atenção por parte dos pesquisadores. No Brasil, a assistência que deveria ser prestada ao ex-combatente pelo Império foi insuficiente. O enorme número de inválidos implicava em custos insustentáveis e a precariedade da economia do Governo, também impedia a existência de um auxílio adequado aos órfãos e viúvas. Muitos tiveram de se socorrer das suas próprias economias, do auxílio de familiares ou mesmo de recorrer à mendicância para sobreviver.

Por conta da passagem do aniversário de 150 anos de criação do Asilo dos Inválidos da Pátria (doravante AIP) no ano de 2018 e do fim da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, o Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército

(CEPHiMEx), vislumbrou a oportunidade de estudar com maiores detalhes essas perdas humanas e o seu efeito na sociedade, no contexto social e cultural do pós-guerra.

Para isso tem desenvolvido, desde 2019 o projeto “Preservação da memória do Asilo dos Inválidos da Pátria e do sítio histórico da Ilha do Bom Jesus: um tributo aos heróis e mártires do Brasil”, pesquisando o funcionamento do AIP desde a sua criação até a sua extinção (1868 a 1976), produzindo uma memória física (acervos museológicos) e um conhecimento específico. Este trabalho busca traçar um panorama das ações e dos resultados obtidos até agora, pelo projeto de pesquisa já referido, relacionando - o à história daquele espaço de recordação e buscando ressaltar a sua importância e daqueles que o habitaram, para a construção da memória e da identidade nacional.

OS INVÁLIDOS DA PÁTRIA

O entendimento do que sejam os Inválidos da Pátria é assim colocado por Marcelo Gomes no seu trabalho “A ESPUMA DAS PROVÍNCIAS”:

Os homens que regressavam ao Brasil mutilados, sem um ou ambos os braços e mãos, (membros superiores), sem uma ou ambas as pernas, (membros inferiores), sem os dedos das mãos e dos pés, amputações provocadas por corriqueiros ou graves ferimentos em combate, pelo intenso frio presente em alguns lugares e em alguns momentos da guerra e que causava congelamento, a sempre presente gangrena, entre outros temidos "acidentes", e a consequente ablação. Alguns, mesmo não tendo seus membros amputados, ficaram cegos ou inutilizados igualmente por ferimentos ocasionados pelos combates. Muitos retomavam cronicamente enfermos, sendo suas moléstias adquiridas nas precárias condições de vida nos acampamentos, trincheiras e embarcações (GOMES, 2008)

Figura 1: Inválido da Pátria

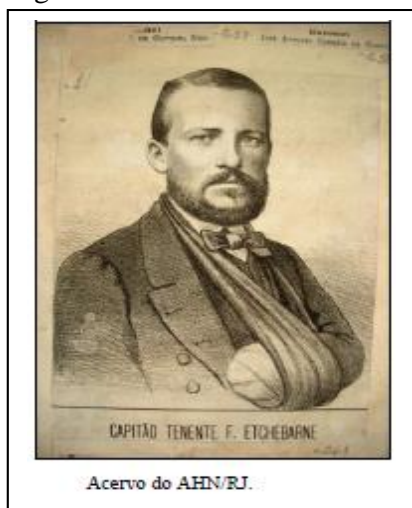
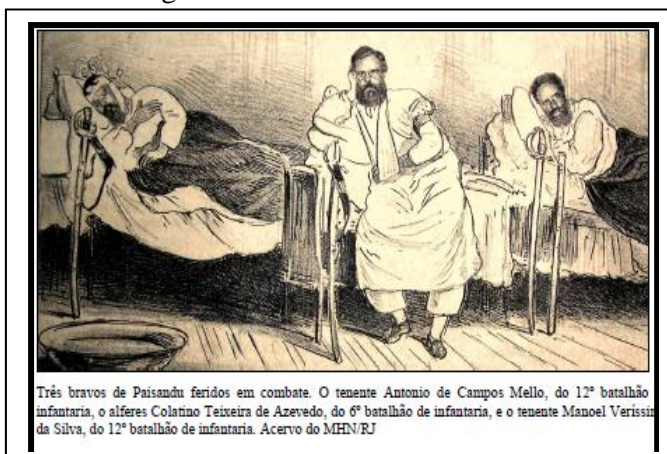


Figura 2: Inválidos da Pátria



Fonte: Acervo do MHN

Fonte: Acervo do MHN

Com o mesmo entendimento, Marcelo Rodrigues apresenta o dilema vivido pela sociedade brasileira da época, em comemorar a vitória do Brasil e lembrar seus mortos, doentes e mutilados. A população civil não tinha plena consciência das atrocidades da guerra. A própria propaganda oficial tendia a levar os cidadãos a considerarem a guerra como uma batalha entre o bem e o mal ou a liberdade sobre a opressão, o que ampliava o sacrifício individual, sacralizando-o. (RODRIGUES, 2009)

Entre os anos de 1865 e 1870, um grande número de militares foi desmobilizado portando doenças crônicas ou mutilações de seus membros inferiores e superiores, e que se tornaram uma demanda social, grave, para ser resolvida pela administração pública. Eles ficaram conhecidos como os *Inválidos da Pátria*.

A sua rotina administrativa era cumprida conforme a descrição de Marcelo Gomes:

Durante o conflito o inválido poderia ser temporário se sua doença ou ferimento exigisse meses de tratamento para ser curado convenientemente, o que tornava sua prestação do serviço militar inviável. Nessas situações, o sujeito era removido para as companhias de inválidos, enfermarias ou hospitais situados na rota que ligava o teatro de operações ao Rio de Janeiro, e neles, se tivesse restabelecido sua saúde em um breve período, conforme parecer de uma nova inspeção, era novamente transportado para a frente de combate, se não, encaminhado para a Corte e após mais uma avaliação médica, recambiado para sua província de origem. As companhias situadas na rota que ligava a Corte ao Paraguai tiveram duração efêmera, como muitos hospitais e enfermarias de que, infelizmente, só tenho poucas referências. (GOMES, 2007, p. 51)

Outro aspecto relevante, que abre perspectivas para futuras pesquisas, diz respeito às causas da invalidez desses militares:

Mas, para entender o grande número de inválidos da pátria, presentes na Corte, durante os anos da guerra, não se poderia deixar de visitar, ainda que rapidamente, e não da maneira que gostaria de fazer, os campos de batalha, seus serviços médico-cirúrgicos, alguns de seus cirurgiões veteranos, algumas das unidades que fizeram parte dos combates, observar suas armas individuais, os seus diferentes desempenhos quando comparados com as dos oponentes, as suas munições, também diversas, e que proporcionavam temíveis ferimentos nos homens. Não se poderia deixar de procurar entender o seu cotidiano em avançadas, em linhas entricheiradas, em suas missões de reconhecimento, nos seus ataques, nem sempre contemplados com o sucesso, às fortalezas e fortificações, bem como investigar os seus maiores medos e anseios (GOMES, 2007 p. 26).

Formaram-se muitos grupos de assistência àqueles cujas vidas ficaram marcadas para sempre. Assim, o vazio deixado entre o auxílio do Estado e as necessidades

mínimas de sobrevivência, foi minorado pela ação dos grupos e associações de apoio social. O esforço associativo representou o trabalho de muitos cidadãos para ajudar os soldados e as suas famílias, durante o período de guerra e na reintegração dos militares na vida civil no pós-guerra.

Muitas das sociedades foram criadas para apoio local, nas províncias e vilas, entre o espírito de solidariedade e para a continuidade do espírito de camaradagem das trincheiras. Com o passar dos tempos os apoios sociais foram-se esmorecendo e o Estado passou a recordar nas comemorações, mais a memória da guerra do que das vítimas. Por muitos anos o auxílio às vítimas centrou-se principalmente em associações civis e religiosas, e a ajuda transformou-se de um apoio social, em caridade.

Para muitos foi um processo de recuperação longo ou mesmo clinicamente impossível. Mas mesmo para aqueles que conseguiram recuperar o suficiente para se integrarem numa atividade produtiva, o problema de reintegração social foi mais complexo.

O ASILO DOS INVÁLIDOS DA PÁTRIA

A construção de um asilo que pudesse abrigar militares inválidos em combate já era uma ideia constante. O decreto de 24 de junho de 1810 criou um corpo de inválidos para a guarda de presos, onde só poderiam ingressar aqueles que tivessem servido por pelo menos 20 anos com boa conduta e não estar mais em condições de prestar seus serviços em um regimento, estando ainda eles submetidos às ordens do comandante do calabouço e do comandante dos guardas de polícia.ⁱ Em 1815, por decreto, criou-se na Corte uma nova unidade denominada *corpo de veteranos*, substituindo o anterior *corpo de inválidos*. Os membros do corpo de veteranos recebiam soldo e possuíam farda; poderiam ingressar oficiais, inferiores e soldados dos regimentos de infantaria e cavalaria, artilharia e do corpo da guarda real de polícia que não estivessem em condições de serem reformados por tempo de serviço, mas que ainda fosse capazes de serviços menos ativos, podendo ser empregados em diferentes destacamentos em fortalezas e guarda de presos.ⁱⁱ O local seria criado pelo Conde dos Arcos em 1794, na atual Rua dos Inválidos no Rio de Janeiro (que por sinal recebeu esta nomenclatura devido ao asilo de inválidos), e que fora incorporado aos próprios do governo por D.

João VI no ano de 1816. Esse corpo foi extinto em 1831 sendo seu efetivo distribuído em outras unidades do exército.ⁱⁱⁱ

No ano de 1840 se criou efetivamente na Corte e em algumas Províncias um asilo para praças de pret que estivessem em circunstâncias de serem reformadas. Nas instruções, o asilo deveria receber essas praças, que formariam esquadras ou companhias. Os estabelecimentos seriam comandados por oficiais da reserva, que administrariam, imporiam disciplina militar e se responsabilizariam pela prática religiosa. Era facultativa a existência de alguma atividade de horta, ou outro serviço mecânico que tivessem prática ou conhecessem, sempre em benefício do estabelecimento.^{iv} Em 1841, pelo decreto 244 de 30 de novembro, foi autorizado a criação de um *asilo de inválidos* nas imediações da Corte, na Fortaleza de São João, que acabou funcionando precariamente e com pouca importância.

Entre os anos de 1853 e 1859 fora criada pela Marinha uma comissão de estudos para a criação de um asilo, sendo pertencentes a essa comissão Joaquim Marques Lisboa, futuro Visconde de Inhaúma, e o capitão tenente João Maria Pereira de Lacerda. Logo em dezembro de 1853, a comissão escolheu a parte oriental da Ponta da Armação, em Niterói, com “vista magnífica para a baía, para a capital do Império e a da Província”, com facilidade de água, embarque e desembarque, abundância de material construtivo além de outras benesses.^v Além da Ponta da Armação foram estudados outros locais como as Ilhas do Mocanguê e Mocanguê Pequeno, a Fortaleza de São João, um terreno em Botafogo e outro que seria doado próximo a Lagoa Rodrigo de Freitas, mas o terreno da Ponta da Armação acabou sendo adquirido em 1855. Ao final do ano de 1859 foi então realizado o parecer da comissão ao ministro da Marinha afirmando sobre a necessidade de se construir um edifício monumental, dirigido àqueles que, para desenvolver o progresso da nação brasileira, sofreram mutilações em combate, e por outros acidentes da vida do mar, arruinaram, ou perderam sua saúde. Na segunda parte do relatório, existe a sugestão de não se pedir auxílio, e executar as obras com dinheiro do próprio ministério.^{vi} O cirurgião chefe do corpo da Armada deixa bem claro que a colocação do asilo na Armação em Niterói, não era interessante, pois o mesmo se situava em um lugar isolado, propondo então que, de acordo com o modelo francês e, portanto civilizado, a construção do asilo fosse na Corte e não fora dela como queriam os membros da comissão.^{vii}

Mas a emergência do conflito não deixou muito tempo para que o Império resolvesse esse problema. A Corte era assolada por diversas epidemias e de todos os cantos do país chegavam homens para compor as tropas. Além disso, passaram a desembarcar na Corte doentes, feridos e mutilados que, de acordo com os pronunciamentos e decretos do início do conflito, deveriam ser amparados pelo governo. O que se entendia na época por inválido? Inválido seria definido como “fraco, enfermo, que não pode servir por doença ou velhice”. Durante a guerra, segundo Marcelo, o termo fora alterado para “inválido da pátria” a fim de fornecer um caráter mais “maternal” (GOMES, 2007).

A Ilha do Bom Jesus pareceu então um lugar interessante para receber esses homens. Já era habitada por religiosos e civis há mais de um século e em março de 1865 alguns destacamentos do exército ficaram aquartelados nela, aguardando o encaminhamento para o teatro de operações. O diretor do arsenal de guerra ficou incumbido de providenciar para que o vapor Santa Isabel fizesse todos os dias uma viagem à Ilha do Bom Jesus, a fim de levar material para os que lá estivessem alojados, substituindo caso ele não estivesse disponível.^{viii} Neste mesmo documento existe outra ordem comunicando que o arsenal deveria oferecer serventes e ferramentas necessárias ao capitão Manoel Joaquim Guedes, que fora encarregado de providenciar sobre o arranjo e a limpeza dos aquartelamentos estabelecidos na Ilha do Bom Jesus e Armação em Niterói.^{ix} Nesse sentido, podemos perceber que ambos locais foram utilizados para as tropas em trânsito.

O relatório do Ministro da Guerra de 1867 traça um panorama sobre as ideias de construção de um asilo para inválidos desde 1840 (anteriormente citado) e analisa as perspectivas do contexto.

Sobre o local, o texto do relatório do Ministro da Guerra de 1867 afirma que foi escolhido de forma a proporcionar o melhor para os possíveis asilados:

O governo imperial solicitou sempre pelo bem estar dos servidores, que pagão á sua pátria o mais oneroso de todos os tributos, o tributo de sangue, tem recebido e acomodado o melhor possível, grande numero de praças do exercito inutilizadas na guerra atual, e envida

todos os seus esforços para que cedo esteja pronto um edifício onde eles encontrem hospedagem cômoda e decente. A localidade que, segundo a opinião de profissionais, melhores condições reúne para se estabelecer o asilo é a ilha do Bom Jesus, situada na baía desta capital. Pela sua posição é ela abrigada dos miasmas paludosos, e convenientemente refrescada pelos ventos gerais; isolados do resto da população, seus moradores encontram facilidade de se transportarem para a cidade, ou desta regressarem para a mesma ilha. Com a extensão suficiente para um estabelecimento, como deve ser o asilo de inválidos, por toda a parte oferece a ilha do Bom Jesus excelentes banhos de mar, presta-se perfeitamente não só ao plantio de arvoredos, formando lindas alamedas, senão como á cultura dos vegetais próprios das hortas e jardins; ao passo que favorece o entretenimento da pesca. Estas condições, reunidas na ilha do Bom Jesus, moverão o governo a escolhê-la de preferencia para o estabelecimento do asilo de inválidos da pátria. A ilha é pertencente á ordem dos religiosos de Santo Antônio desta corte; mas por um contrato, celebrado com o agente oficial de colonização, foi ela cedida para deposito de colonos por algum tempo, mediante certa indemnização, ao ministério da agricultura, e este cedeu-a ao ministério da guerra. Mandeí então fazer a novação do contrato, efetuando o pagamento da indenização estipulada. x

O texto passa então a mencionar as dificuldades e problemas daquele espaço e a necessidade de execução de obras, quase que em caráter emergencial, bem como justifica ser o local ideal para hospedá-los:

Tornou-se, porém, necessário executarem-se obras, apropriando o edifício ali existente ao novo fim a que era destinado para fornecer ao mesmo tempo as precisas comodidades aos inválidos da pátria; ordenadas essas obras, foram sem demora começadas, e se acham muito adiantadas. Um grande inconveniente apresentou-se logo, por si só bastante para neutralizar as condições vantajosas que a ilha oferecia para um estabelecimento desta ordem: era a falta de água potável; mas, depois dos necessários estudos feitos pela diretoria das obras militares, reconheceu-se poder levar-se com facilidade para ali água precisa, e, de acordo com o ministério da agricultura, foi obviado aquele inconveniente, fazendo-se a obra reclamada por essa necessidade, de sorte que ha hoje na ilha água em suficiente quantidade e de boa qualidade. E mui breve será inaugurado o asilo de inválidos da pátria naquela localidade, que para um fim tão piedoso apresenta as seguintes condições:

- 1.º Isolamento das habitações vizinhas.
- 2.º Terreno elevado, seco, e por sua natureza e disposição favorecendo o escoamento das águas pluviais.
- 3.º Exposição, por todos os lados, aos raios solares quer de verão, quer de inverno.
- 4.º Não ter em sua vizinhança nem fabricas nem depósitos de matérias animais e vegetais.
- 5.º Lavada por todos os ventos, não deverão sobre ela influir os miasmas da vizinhança.
- 6.º Finalmente, possui excelente água potável em quantidade suficiente.

No entretanto, urgente era a necessidade de abrigar, alimentar e livrar da penúria o grande numero de invalidas, vindos do teatro da guerra, e já excedentes a mil. Por isso determinei que, enquanto não se concluem as obras da ilha do Bom Jesus, Tossem eles alojados no quartel da Armação, modificado e convenientemente preparado, como se acha. Reunidos em um corpo, os inválidos da pátria formão hoje

cinco companhias, das quais se acham quatro na Armação, e uma, por conselhos higiênicos, está provisoriamente estabelecida na fortaleza da Praia Vermelha, até cessarem os receios do cólera. Na Armação o edifício está nas melhores condições higiênicas; são bem arejados os alojamentos; as dependências do estabelecimento estão asseadas, e a alimentação é boa, o que seguramente deve-se ao zelo das irmãs de caridade, requisitadas por mim á provedoria da Santa Casa de Misericórdia para exercerem sua sagrada missão junto àqueles infelizes, que tanto necessitam de conforto nas suas aflições, e de uma mão caridosa para pensar suas feridas, guia-los e até mesmo dar-lhes alimento. As santas mulheres a tudo isto se prestam com dedicação e doçura; acrescentando mais que, sob sua desvelada direção, faz-se o serviço do asseio do estabelecimento; tratam elas da cozinha, lavanderia, arrecadações e enfermarias, colhendo-se de tão benéfica administração vantajosa economia e os mais lisonjeiros resultados. Em 21 de Abril ultimamente findo, expedi instruções para a melhor regularidade do serviço do estabelecimento. Tem elas por ora caráter provisório; modificadas, porém, segundo aconselharem a pratica e a experiência, podem-se tornar definitivas, e servir de regulamento para o asilo, que será estabelecido na ilha do Bom Jesus.xi

Logo que iniciada a guerra, a Associação Comercial do Rio de Janeiro abriu uma subscrição pública para angariar fundos para a construção e manutenção do asilo. Foi criada então a Sociedade do Asilo dos Inválidos da Pátria, com estatuto próprio, em decreto de 15 de dezembro de 1867 e tendo sido nomeado para o conselho o presidente da Associação comercial, José Joaquim de Lima e Silva, irmão do Duque de Caxias e futuro Visconde de Tocantins, a fim de angariar fundos para o Asilo. Em todo o Império abriu-se uma subscrição pública para arrecadação de dinheiro, pois, apesar de contribuir com avultada quantia, o governo imperial alegava não possuir fundos para gerir sozinho esta despesa. Além da construção e manutenção do asilo, a Associação Comercial ficaria também responsável pelas pensões às mães, viúvas e filhas dos militares mortos ou impossibilitados do serviço em combate.xii

O que sabemos sobre sua instalação e construção devemos ao seu primeiro capelão Manoel da Costa Honorato que publicou o livro “*Descrição topográfica da ilha do Bom Jesus e do asilo dos inválidos da pátria*” publicado em 1869. Ele, veterano de guerra, condecorado com a medalha de campanha, atuante no meio intelectual de seu tempo, foi membro de Instituições literárias e científicas, incluindo o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Foi nomeado para o asilo em 1867, exerceu sua função até dezembro de 1869, mas devido à enfermidade, acabou se afastando

A obra passou por vários problemas, e a Sociedade que angariava fundo, em pouco ou nada contribuiu com as obras, ficando a cargo do governo e da subvenção do imperador. O asilo foi inaugurado no dia 29 de julho de 1868 que, além de ser o dia da festa do Divino Espírito Santo, era comemorado o aniversário da princesa Isabel, herdeira do trono.

A estrutura física do asilo foi descrita por Honorato que de antemão advertiu ao leitor que não encontraria “suntuosidades de grandes e majestosos palácios, nem o mármore em relevo a cada canto, nem ricas e colossais colunas” (HONORATO, 1869, p. 31). E segue afirmando que o homem que havia se sacrificado pela pátria não exigia isso, mas desejava unicamente a simplicidade, a singeleza, gostava do asseio, e abominava tudo quanto pudesse afogar a vaidade. Ele inicia a descrição dos espaços físicos a partir do cais de desembarque, que estava situado em frente aos pavilhões da administração e do Museu Militar. Eles eram de pedra, com duas escadas, sendo uma de cada lado; dos dois edifícios (ou pavilhões) um está situado à direita e o outro à esquerda do desembarque, possuem numerosas janelas, na frente e atrás para a circulação do ar. O que está à frente do morro onde se localiza a igreja do Bom Jesus da Coluna tem dois pavimentos, dos quais o inferior era destinado às oficinas (que foram sendo implantadas com o passar do tempo e foram alteradas as funções – a princípio era de alfaiates, substituída em 1872 pela de escola de “primeiras letras”, e em outubro do mesmo ano por uma de sapateiro, podendo o asilado usufruir dos “lucros” que lhes garantia o regulamento) e o superior ao Museu Militar.

Figura 3 : Asylo dos Invalidos da Patria - 1869



Fonte: Honorato (1869)

O segundo edifício, apesar de ser simétrico ao primeiro, mantinha algumas diferenças quanto às subdivisões internas e ao fundo. No térreo ficava o corpo da guarda, e à esquerda um compartimento que servia para depósito de vários objetos, onde, por exemplo, eram colocadas em seus cabides as armas que serviam à guarda diária. A ligação entre os dois pavimentos era (como ainda é hoje) feita por uma espaçosa escada, com corrimãos e balaústres envernizados, onde em seu patamar vê-se gravada a placa em mármore que saúda a inauguração.^{xiii} Atrás do prédio existia um jardim e próximo a ele estava a lavanderia, e à distância de 23 palmos dela, um pequeno e elegante edifício em forma de chalet onde estava instalado o gasômetro que fornecia gás, extraído do petróleo, para a iluminação da ilha. Do desembarque parte a ladeira que dá subida ao segundo morro, formando um zigue-zague em sua extensão, cercado de um muralha que serve de parapeito, e colocado um sistema de paralelepípedos com lampiões à gás. Sobre o morro existia um prédio que abrigava o refeitório com grandes varanda à frente: o primeiro pavimento era destinado ao refeitório dos soldados, o segundo para recreio dos mesmos, e o terceiro para a habitação do comandante do asilo (HONORATO, 1869, p. 31). O grande número de alojados em 1869, segundo Honorato, não permitia que esse prédio funcionasse da maneira prevista, servindo o segundo e terceiro andares para alojamento das companhias.

Na frente do chalet, pregada em uma parede havia uma placa de mármore com a inscrição “D. Pedro II, Imperador do Brasil e perpétuo defensor, mandou erigir este asilo para os bravos que ficaram inutilizados na defesa da pátria, 1868”; em outra pedra de mármore, à direita, estavam gravados emblemas marciais, onde se lia a data da inauguração oficial do asilo, e em simetria via-se à esquerda da pedra, ainda em branco, que serviria para marcar a data da conclusão da guerra; sobre a sacada do segundo pavimento encontravam-se três escudos, igualmente em mármore, com as seguintes inscrições: ao centro – Marquês de Caxias; à direita – General Polidoro; e à esquerda – Visconde de Herval; sobre o terceiro pavimento, outras três placas de mármore, em forma de escudos, com as seguintes Inscrições: ao centro – Conde de Porto Alegre; à direita – Barão do Triunfo; à esquerda – General Argolo (HONORATO, 1869, p. 31).

Tal como o Hotel des invalides de Paris, o asilo de Inválidos da Pátria também receberia os corpos dos seus grandes heróis. Era necessário, conforme seu “modelo francês”, que tivesse um panteão, faltava-lhe, portanto um cadáver, de preferência que tivesse tido uma morte gloriosa e que tivesse alguma relação com a guerra. Foram dois oficiais, símbolos da guerra, que tiveram seus restos mortais lá depositados com toda a pompa: o Brigadeiro Antônio Sampaio e o General Osorio.

Aos poucos as visitas ao asilo cessaram e o número de aquartelados foi diminuindo não só pelas “altas”, mas também pela urgência do Império em enviá-los novamente para suas províncias, sem contar que os custos eram elevados e a Associação Comercial não ajudava financeiramente conforme o prometido.

Com a República a situação do asilo e dos asilados ficou caótica. Em 1893, por exemplo, foi enviada ordem para que mulheres e filhos de asilados fossem desarranchados e em 17 de abril e 22 de setembro do mesmo ano ficaram proibidos os casamentos de asilados.^{xiv} As ilhas próximas, que faziam parte do Arquipélago do Fundão, passaram a receber o lixo oriundo da Corte já no final do Império, o que se acentuou no início do período republicano. No Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, na sessão de Limpeza Pública,

vemos documentos de concorrência pública para depósito de lixo em parte da Ilha do Sapucaia, fronteira à ilha do Bom Jesus. Um desses documentos chama atenção pois o requerente solicita autorização para usar do lixo despejado para o cultivo de cereais, hortaliças, etc que seriam enviadas à capital e oferecidas gratuitamente, como contra partida, as casas de caridades pertencentes ao município as verduras que as mesmas precisassem e que forem cultivadas na mesma ilha.^{xv} Cabe ressaltar que o asilo ainda recebeu inválidos de duas outras campanhas, Canudos e Contestado, com placa monumental que é mostrada atualmente aos visitantes como marco histórico da mesma.

Nada foi alterado até o ano de 1909 quando um incêndio destruiu completamente um dos prédios, que servia de alojamento para os asilados que não possuíam residência ou que não receberam autorização para construí-las, fez com que o asilo se tornasse novamente notícia. Consta que dois marinheiros revoltados com a situação de penúria vivida no local, resolveram colocar fogo em um dos prédios, o destruindo completamente. O fogo iniciou por volta de 1 da manhã, sendo cessado somente por volta das 4 horas; dos dois “criminosos”, um somente foi preso e o outro acabou cometendo suicídio sendo seu corpo encontrado carbonizado horas depois.^{xvi}

Após esse triste evento a Revista de variedades Kosmos, tendo como articulista Leal de Souza, fez uma grande matéria sobre o asilo e a Ilha do Bom Jesus. Além de diversas fotografias, inclusive de asilados ainda remanescentes da Guerra da Tríplice Aliança, posando com seus fardamentos, a Revista traçou um panorama histórico bem interessante da evolução do asilo. Em uma das fotos mostra um prédio em ruínas enfatizando que ali estava o Museu Militar, além do alojamento que fora atingido pelo incêndio. A República, segundo articulista, não olhou para o asilo com o mesmo zelo, inclusive mencionando a questão do lixo que, inclusive, levava uma “vizinhança imunda, sob negras nuvens de moscas”. Mencionou ainda o estado de ruína dos prédios, principalmente da igreja, que naquele contexto servia de alojamento e estava com sua nave coberta de camas, e comentou do tratamento dispensado aos restos mortais dos heróis, comparando-os a forma como são tratados no Hotel des Invalides em Paris. Leal chegou a conversar com os inválidos do Paraguai,

que a esta altura não chegariam a uma dezena, e percebeu neles uma admiração à monarquia que, segundo eles, se preocupava com os inválidos, que relembrou as visitas da família imperial, notadamente da Princesa Isabel (“plena de bondade meiga”) e do Conde d’Eu (“que os amava”) e do próprio imperador (“de pródiga generosidade”). Leal assim descreveu os inválidos:

exaustos, olvidados na merencória solidão onde jazem, estes heróis não seguiram a marcha dos homens válidos, e , desconhecendo o Brasil moderno – estrangeiras na Pátria, as suas almas antigas vivem exiladas na era nova. Os seus ouvidos, fechados a todos os incômodos rumores de nosso tempo, escutam, surdo, em ecos renovados, o fragor das batalhas soberbas, e os murchos olhos, cegos para as coisas vivas do presente, apenas veem, nas paisagens mortas de Outrora, as massas épocas dos guerreiros. Não se individualizam nas façanhas evocadas e conservam-se, narrando-as, no seu posto anônimo nas filas dos batalhões. Reconstituindo a tela rota do lustro heroico, os seus abatidos corpos rejuvenescem; movem-se leves, com agilidade airosa e moça. Álacres, em voz agora vibrantes, encandeiam os episódios..xvii

Aos poucos o asilo perde sua referência de memória dos inválidos da pátria e da Guerra da Tríplice Aliança. Em 1922, ano de comemoração do centenário da Independência do Brasil, consta nos registros diários do comandante do asilo a entrega de objetos históricos ao diretor do Museu Nacional. Neste mesmo ano, em 11 de junho, foi realizado um almoço cheio de pompa para os veteranos da Guerra ainda residentes no asilo. Em 1925 o asilo perde completamente sua função se tornando um presídio, de acordo com o aviso de 27 de junho onde o Ministro da Guerra coloca uma parte da ilha, a que estava reservado a um presídio militar, à disposição do Ministro da Justiça para servir de “presídio para presos políticos”, ficando encarregado da segurança o capitão da Brigada Policial Pedro Goitacazes, mas que fora esvaziado no ano seguinte.xviii

O ESPAÇO DE RECORDAÇÃO: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E TRIBUTOS AOS HERÓIS E MÁRTIRES DO BRASIL

Em 2018, o Asilo dos Inválidos da Pátria completou 150 anos da sua inauguração. Na intenção de comemorar a efeméride e dar continuidade ao ciclo de estudos da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai em

desenvolvimento, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEX), por intermédio do CEPHiMEX, implementou o projeto “Preservação da memória do Asilo dos Inválidos da Pátria (AIP) e do sítio histórico da Ilha do Bom Jesus : um tributo aos heróis e mártires do Brasil” na intenção de estudar e pesquisar o funcionamento do AIP, no período da criação até a sua extinção (1868 a 1976), produzindo uma memória física (acervos museológicos) e um conhecimento específico, aliado à preservação do sítio histórico do Ilha de Bom Jesus, tornando-o um espaço de ensino não formal e de uso turístico-cultural.

No seu detalhamento o projeto pretende criar uma estrutura física e de pessoal, na área do AIP e do sítio histórico da Ilha de Bom Jesus, que permita o uso do patrimônio histórico-militar lá existente, de forma metodologicamente integrada, para fomentar o desenvolvimento cultural no âmbito da Guarnição Militar do Rio de Janeiro; empregar ferramentas modernas de capacitação de pessoal, de comunicação social e de preservação e divulgação da memória e do patrimônio militar, configuradas nas ações de revitalização das instalações do AIP, levantamento dos dados pertinentes ao seu funcionamento para os ex-combatentes da Guerra do Paraguai, Canudos e do Contestado e uso turístico-cultural, que possibilitem as melhores condições de replicação do conhecimento gerado, facilitando e incentivando o acesso da sociedade ao espaço cultural a ser criado em consequência dessas ações e em parceria com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – desenvolver o projeto “Ilha de Bom Jesus: meio ambiente e memória”.

Isso tudo, após a implantação das diversas ações executivas, proporcionará um aumento na percepção da importância desse espaço de recordação e conhecimento por parte do público interno e externo, dos valores, crenças e tradições militares e da própria história nacional, e ainda, resultará em um aumento no número de pesquisas sobre o Asilo de Inválidos da Pátria e sua história, bem como, num acréscimo no número de visitantes ao espaço, na condição de Centro de Memória Militar.

Como resultados dos trabalhos desenvolvidos pela equipe do projeto, no ano de 2019 até junho 2020, destacamos: reedição e impressão fac-símile, em

parceria com a BIBLIEx e Biblioteca Nacional, do livro do Capelão Manoel Honorato da Costa. Descrição Topográfica da Ilha de Bom Jesus e do Asilo dos Inválidos da Pátria pelo seu Capelão Manoel Honorato da Costa. HONORATO, Manoel da Costa. Rio de Janeiro. Typografia Americana, 1869 (com uma tiragem de 500 exemplares); impressão de teses importantes relativas ao tema do projeto, disponibilizadas para compor a infraestrutura de pesquisa a ser montada nas dependências do AIP; reforma e adequação de um depósito, nas dependências do AIP, disponibilizado pela Base Administrativa da 1ª RM, que servirá como local para: apoiar os estudos e reuniões das equipes de trabalho; abrigar os acervos históricos existentes; e guardar as fontes bibliográficas levantadas; pesquisas realizadas no Arquivo Histórico do Exército (AHEx) em Boletins Internos do AIP de 1901 em diante e em Relatórios do Ministro da Guerra (segunda metade do século XIX), originaram novas descobertas: forte presença da Marinha na OM; asilados oriundos de questões com a justiça; problemas psiquiátricos (enviados para o asilo dos Alienados – hoje Pinel); os pesquisadores estão produzindo um artigo científico registrando os dados levantados nessa pesquisa documental; entrevista oral (filmagem 60 min) com ex morador Sr Orlando Pinto (87 anos); pesquisas de campo em visitação à Ilha (10 visitações até o momento): descoberta de possível localização de itens mencionados e fotografados na obra do Capelão Honorato: presídio, local da Cruz abaixo da Igreja, cemitério, paiol, extração de madeira para confecção dos mastros, etc.

Para a etapa do corrente ano de 2020, a pandemia da COVID-19 tem prejudicado severamente a execução das etapas seguintes das ações previstas no Projeto como a seleção e contratação de estagiários; a montagem do acervo museológico coletado; parceria com Instituto Federal de Portos e Vias Navegáveis, operadores de turismo públicos e privados, melhoria do acesso, via náutica, (dragagem e reforma do atracadouro) a Ilha de Bom Jesus; seminário a ser realizado ao final do ano nas dependências do Asilo para apresentação dos resultados de pesquisa e lançamento do livro sobre a produção dos pesquisadores (2ª quinzena de NOV 2020); participar com um pesquisador, apresentando trabalho no XII Encontro Internacional de História das Operações

Bélicas da Guerra da Tríplice Aliança, em CORRIENTES/RA; participar com um pesquisador, apresentando trabalho no IX Seminário de História da Guerra da Tríplice Aliança, em Ponta Porã/MS e elaboração de um roteiro turístico-cultural náutico e terrestre para a cidade do Rio de Janeiro, que incluía a ilha de Bom Jesus.

Já nesse ano, em Fevereiro, visando ampliar espectro da pesquisa e atuar mais especificamente na educação patrimonial e ambiental, foi implementado pelo CEPHiMEEx um segundo projeto de pesquisa na mesma área física da Ilha do Bom Jesus, “Memória, patrimônio e meio ambiente, no contexto do sítio histórico da Ilha do Bom Jesus”, que dará continuidade ao Projeto “Preservação da memória do Asilo dos Inválidos da Pátria (AIP) e do sítio histórico da Ilha do Bom Jesus: um tributo aos heróis e mártires do Brasil”, ainda em desenvolvimento.

Nesta fase, a proposta é ampliar a pesquisa histórica que já vem sendo desenvolvida (o funcionamento do Asilo dos Inválidos da Pátria no período de 1868 a 1976), articulando saberes diferenciados, materiais e imateriais, na área da educação patrimonial e da educação ambiental, além de buscar os registros e vestígios da ocupação da Marinha Imperial, no período de 1824 a 1889, por intermédio de um pesquisador da Marinha do Brasil, associado ao Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB).

Na área da educação patrimonial, em parceria com os professores, alunos, monitores e administradores da escola Tenente Antonio João, instalada desde 1910 naquele sítio histórico, buscar-se-á o compartilhamento, a construção coletiva de conhecimentos sobre as comunidades que ali viveram, suas edificações, objetos, documentos, geografia, flora e fauna, seu valor histórico, paisagístico, turístico, arqueológico e cultural. Será produzido um inventário daquele bem patrimonial e cultural, levantando informações bibliográficas sobre ele, produzindo literatura e ilustração a seu respeito, descrevendo-o e documentando-o por meio de fotografias, entrevistas, mapas, filmes, e outros registros, propostos e construídos coletivamente, de forma a traduzir o significado dessa convivência e dessa experiência.

A preservação do sítio histórico da Ilha do Bom Jesus por meio de ações na área ambiental, visa implementar: a coleta seletiva, compostagem e reaproveitamento de materiais recicláveis; levantamento da vegetação existente e plantio da vegetação para atração de pássaros, e da vegetação original (Pau Brasil); desenvolvimento de materiais didáticos (cartilhas) sobre as diversas ações ambientais e divulgação da compostagem de resíduos sólido; levantamento da importância das ilhas (Bom Jesus e Sapucaia) para a história da limpeza urbana/sanitária da cidade do Rio de Janeiro.

Assim sendo, promover-se-á o incremento da pesquisa histórica e de ações de preservação na área ambiental e patrimonial, o intercâmbio entre o Exército Brasileiro e o IGHMB, destas Instituições com núcleos da sociedade civil (a comunidade escolar do entorno, estagiários das universidades, associação de ex-moradores), estimulando o exercício da cidadania, o aprofundamento e a divulgação do conhecimento da história e do patrimônio histórico nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o entusiasmo inicial, a guerra, e o compulsório esforço para fazer frente a ela, foi onerando a população, em órfãos e viúvas, homens mutilados e mortos. Não se sabe ao certo os recursos que foram consumidos ou ao menos o número de pessoas mortas. Certamente a guerra trouxe influências marcantes nos campos social, econômico e político.

Na literatura militar, são poucas as referências sobre o Asilo dos Inválidos da Pátria, permanecendo no imaginário da população do Rio de Janeiro como um lugar de pouca importância para ser recordado, simplesmente uma referência, sem maiores conteúdos, até mesmo pelos que se dedicam ao estudo da guerra.

Com a divulgação desse trabalho, esperamos ter contribuído com uma pequena parcela de conhecimento específico a respeito do AIP e dos que o habitaram, aqueles que foram expostos à condições extremamente precárias e extenuantes e, por isso, legitimam os adjetivos pelos quais são referenciados, *heróis e mártires do Brasil*.

REFERÊNCIAS

- BASSONE, Tânia Maria Tavares. *Palácio de destinos cruzados: homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.
- CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Editora UFMG, 1998.
- CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1979.
- DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- _____. *General Osório*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- DUARTE, Paulo de Queiróz. *Sampaio*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1988.
- FARIAS, José Airton de. *História da Sociedade Cearense*. Fortaleza: Livro Técnico, 2004.
- GOMES, Marcelo Augusto Moraes. *Espuma das Províncias: um estudo sobre os Inválidos da Pátria e sobre o Asilo dos Inválidos da Pátria, na Corte (1864-1930)*. Universidade de São Paulo, 2006.
- GUIMARÃES, Carlos Gabriel. “A Guerra do Paraguai e a atividade bancária no Rio de Janeiro no período 1865-1870: o caso Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro”. *Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada*. Vol. 2, nº 3 – agosto/dezembro 2007.
- HONORATO Manoel da Costa. *Descrição Topográfica e Histórica da Ilha do Bom Jesus e do Asylo dos Inválidos da Pátria pelo seu capellão Manoel da Costa Honorato*. Typographia Americana. Rio de Janeiro, 1869.
- MURATORI-PHILIP, Anne. *Histoire des invalides*. Librairie Académique Perrin, 2001.
- RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- RODRIGUES Marcelo Santos. “Os inválidos da Pátria”. *ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA* – Londrina, 2005.
- _____. *Guerra do Paraguai: Os Caminhos da Memória entre a Comemoração e o Esquecimento*. Tese de Doutorado, apresentada ao programa

de História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em 2009,

SALLES, Ricardo. Guerra do Paraguai: memórias e imagens. Fundação Biblioteca Nacional: Rio de Janeiro, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. As barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca dos trópicos. Companhia das Letras, São Paulo: 1998.

Submetido em: 26/05/2020

Aprovado em: 22/07/2020

Publicado: 01/10/2020

* Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército, Brasil.

** Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército, Brasil.

ⁱ BRASIL. *Coleção das Leis do Brasil de 1810*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1891.

ⁱⁱ BRASIL. *Coleção das Leis do Brasil de 1815*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1891.

ⁱⁱⁱ BRASIL. *Coleção das Leis do Brasil de 1831*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1831.

^{iv} BRASIL. *Coleção das Leis do Brasil de 1840 – tomo III, parte II*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1891.

^v *Ministério da Marinha – XM 676*. Arquivo Nacional.

^{vi} *Ministério da Marinha – XM 676*. Arquivo Nacional.

^{vii} *Ministério da Marinha – XM 676*. Arquivo Nacional.

^{viii} *Ministério da Guerra – Arsenal de Guerra*. (1865). IG7 383. Arquivo Nacional.

^{ix} *Ministério da Guerra – Arsenal de Guerra*. (1865). IG7 383. Arquivo Nacional.

^x BRASIL. Ministério da guerra. *Relatório apresentado a Assembleia Geral na Primeira Seção da Décima Terceira Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra João Lustosa da Cunha Paranaguá*. Tipografia Nacional, Rio de Janeiro, 1867.

^{xi} BRASIL. Ministério da guerra. *Relatório apresentado a Assembleia Geral na Primeira Seção da Décima Terceira Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra João Lustosa da Cunha Paranaguá*. Tipografia Nacional, Rio de Janeiro, 1867.

^{xii} *Estatuto da Sociedade do Asilo de Inválidos da Pátria*, de 1867, parágrafo 6º.

^{xiii} Toda a descrição pode ser encontrada em Manoel da Costa Honorato. Op. Cit., p.31 e no Arquivo Histórico do Exército. *Livro de registro das ordens do dia do comandante do AIP*. Livro nº 01 (1866-1885).

^{xiv} *Livro de registro das ordens do dia do comandante do AIP*. (1892-1930). Arquivo Histórico do Exército.

^{xv} Coleção: Prefeitura do Distrito Federal. Série: Limpeza Pública. Notação 31.2.51. 20 de julho de 1895. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

^{xvi} *A Notícia*. 25 de janeiro de 1909. Biblioteca Nacional.

^{xvii} *Revista Kosmos – ano VI, volume I*. Janeiro de 1909. Biblioteca Nacional.

^{xviii} *Livro de registro das ordens do dia do comandante do AIP*. Livro nº 04 (1920-1930). Arquivo Histórico do Exército